

## A MORTE DA IMPERATRIZ LEOPOLDINA (11-XII-1826) (1).

### MARIA REGINA DA CUNHA RODRIGUES

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade de  
São Paulo.

Hoje, passados 130 anos, ainda se discutem as causas da morte da Imperatriz Leopoldina, filha de Francisco I d'Áustria e casada com Pedro I do Brasil.

(1). — Artigo transcrito, com a devida vênia, de *O Estado de São Paulo*, edição de terça-feira, São Paulo, 11 de dezembro de 1956 — p. 16 (Nota da Redação).

Em considerando que a aproximação do sesquicentenário da Independência do Brasil vem mobilizando colaboradores, vinculados a períodos especializados, justifica-se tanto a transcrição acima, como a adição de alguns dados biográficos de D. Leopoldina. Personalidade invulgar, seja quais forem as perspectivas visualizadas; ainda mais nos momentos decisivos que anteciparam a proclamação de 7 de setembro de 1822, pois, regente provisória, soube disparar o torpedo que decidiu a posição do então príncipe herdeiro do Reino Unido: Portugal-Brasil.

A Imperatriz Leopoldina, de seu nome completo, Maria Leopoldina Josepha Carolina de Habsburgo, filha de Francisco I d'Áustria e de Maria Theresa Carolina de Bourbon-Nápoles, nasceu em Viena, aos 22 de janeiro de 1797. Faleceu no Rio de Janeiro, aos 11 de dezembro de 1826, deixando viúvo D. Pedro I, Imperador do Brasil e 5 filhos, sendo 4 princesas e o então pequenino D. Pedro, que reinou de 1831 a 1889, datas balizas como se sabe da abdicção de D. Pedro I e da proclamação da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Seus restos mortais repousam, aqui nesta Capital na Capela do Panteon do Ipiranga. Perguntar-se-ia, porque veio à nossa terra?

Razões de Estado garantiram êxito às negociações diplomáticas levadas a efeito pelo Marquês de Marialva, ministro plenipotenciário de D. João VI, na corte de Viena. Assim foi que, por procuração, celebrou-se o casamento a 14 de agosto de 1817 e no dia seguinte, aconteceu o embarque da então arquiduzes e sua comitiva em Livorno, no barco *D. João VI*. Somente a 5 de novembro ancorou no Rio de Janeiro e, no dia seguinte foram oficiadas as bênçãos matrimoniais, com ineditável pompa. Documentada pelo lapis de Debret, que também traçou os perfis da família paterna da jovem desposada, montados em expressivo album foi o presente de uma presença que a sensibilidade de D. João VI encontrou para mimosear e agradecer à nora. Que dêste o primeiro encontro o cativou e lhe mereceu o mais irrestrito acatamento. A autenticidade de D. Leopoldina deve haver sido para o monarca um apóio e uma espécie de compensação pelo tratamento,

Há dois grupos de opiniões: — um, afirma que a Imperatriz faleceu em consequência de pancadas que lhe dera Dom Pedro I, e mais precisamente de um pontapé no ventre. E' o que consta dos officios diplomáticos e dos cronistas da época e até passou para certos livros didáticos. O outro grupo, limita-se a colocar o problema, como Alberto Rangel (*D. Pedro I e a Marquesa de Santos* — Rio de Janeiro, 1916, p. 158), ou então, discretamente, procura desculpar o Imperador, como Octávio Tarquínio de Sousa, (*A Vida de D. Pedro I* — Rio de Janeiro, 1952, vol. II p. 693), que ao se referir à hipótese da agressão física argumenta:

“Traumatismo dessa natureza em mulher grávida não iria determinar um aborto somente ao cabo de dez dias; provocá-lo-ia logo”.

No entanto na Pasta de Portarias e Offícios referentes à Princesa Real D. Leopoldina — do Livro II, Mordomia da Casa Imperial, encontra-se, veladamente, o diagnóstico etiológico da morte da Imperatriz. Refiro-me ao officio escrito a 5 de dezembro de 1826 pelo médico da Casa Imperial, barão de Inhomerim (Doutor Vicente Navarro de Andrade) (2), ao Mordomo-Mor, marquês de São João da Palma

---

pelo desprêzo da inefável D. Carlota Joaquina e, consequentemente dos filhos que, com exceção de D. Pedro, o primogênito, viviam em companhia da rainha. O adágio popular “Os filhos vêm o pai pelo prisma dos olhos da mãe”, aplicar-se-ia ao casamento de D. João VI, de Bragança, com D. Carlota Joaquina, de dinastia espanhola-Bourbon?

— Não está em pauta, êste, problema mas o união de D. Pedro com D. Leopoldina, que gerou os herdeiros seguintes: D. Maria da Glória, em 1819 (D. Maria II, de Portugal, pois em decorrência da renúncia em 1826, de seu pai, também Pedro IV de Portugal, reinou de 1834 a 1853. Sucedeu-lhe seu filho e do seu 3.º espôso, D. Fernando de Saxe Coburgo Gotha, que como sabemos, foi coroado como Pedro V e que reinou de 1853 a 1861). D. João Carlos, 1821, falecido em fevereiro de 1822, na fazenda Santa Cruz, com nove meses, em consequência de uma pneumonia, agravada pela atropelada saída da Côrte, ante a ameaça de bombardeio pelo Capitão português, Jorge Avilez, encarregado, pelas Côrtes Liberais de Lisboa, de levar, se preciso à força, o futuro Pedro IV, definitivamente à Portugal. D. Januária, em 1822, condessa d'Aquila, D. Paula Mariana, em 1823, falecida na primeira infância, D. Francisca, em 1824, Princesa de Joinville e D. Pedro de Alcantara, em 1825, o nosso segundo Imperador. (Apontamentos de um trabalho escrito em 1950).

Outros dados, por ora nebulosos, está a reclamar um biógrafo, ou equipes de biógrafos à altura da biografada; onde e quando?

(2). — Barão de Inhomirim (Dr. Vicente Navarro de Andrade), nasceu na Villa de Guimarães, em Portugal, a 26 de fevereiro de 1776 e faleceu em Paris, a 27 de abril de 1850. Casado em Minas Gerais, com D. Maria Joaquina Vianna, deixou descendentes. Doutor em Medicina pela Universidade de Coimbra, era Physico-Mor da Armada. Veio para o Brasil e tornou-se brasileiro ex-vi de 1ª. Constituição. Professor jubilado da antiga Escola de Medicina do Rio de Janeiro. Foi amigo íntimo e Conselheiro Privado de S. M. D. Pedro I. Tinha outros cargos e distin-

(Francisco de Assis Marcarenhas), que, entre outras considerações, esclarece, textualmente:

“... Quando S. M. o Imperador se auzentou, consistia o padecimento de S. M. a Imperatriz, na inchação erizipelatoza de tôda a coixa, perna e pé, e nos incomodos que são inseparáveis desta molestia; o tratamento que se empregou foi tão eficaz que S. Magestade sahio de sua Camara para a Salla Chinezta, e no dia 4.ª fra. 22 de 9bro. teve Despacho com os Ministros que forão contentes Testemunhos de seu melhoramento.

Nesse dia porém S. Magestade sentio de tarde hum arrefecimento, e declarou-se Hum estado febril acampanhado de todos os symptomas d'hua gastro biliosa, a que se acodio com os remedios proprios: e como houvesse Hum ataque na tarde deste dia 22, com todos os caracteres de hua deretminação de sangue para a cabeça, que nos fez temer de convulsões ou cousa peor, resolvemos a applicações de sanguixugas, sinapismos e outros; a febre pois, bem que diminuisse no dia 30 de manhã, continuou todavia com o mesmo caracter remittente, mas irregularmente.

Na noite de 1º para 2 de dez. declarou-se o já recciado máo Sucesso”.

Depois de se referir às conferências e à dedicação dos médicos conclui:

“... Em quanto a prognostico, só Deus sabe do futuro, mas a minha esperança não esmorece apezar da reconhecida gravidade”.

Mesmo aos leigos é facultado deduzir que a cronologia da molestia, dá idéia de uma infecção erisipelatosa que, na impossibilidade de ser debeldada, pois não eram conhecidos os processos de assepsia e antiasssepsia, preconizados pelo médico alemão Semelweis, — ocasionou complicações de um abôrto septico até a fatal septicemia esteptocócica.

Admitindo-se a precedência do abôrto e conseqüente infecção puerperal, ser-nos-ia possível admitir o episódio do pontapé no ventre ou mesmo do trauma

---

ções: Membro do Conselho de S. Magestade, era Fidalgo Cavaleiro, Dignatário da 1ª. Ordem da Rosa, da Ordem do Cruzeiro do Sul, da Ordem de Cristo.

Creação do título, vitalício, de Barão de Inhomerim, pelo Decreto de 12 de outubro de 1826.

(*In Genealogia Mineira*, organizada por Arthur Rezende, II volume, 2ª. parte, p. 191).

“moral que produz espasmo e indica a verdadeira sede da doença”. (Do officio de 6 de dezembro de 1826 do Barão de Mareschal, plenipotenciário austríaco);

— problemas que nos parecem devam ser afastados diante da clareza do quadro clínico apresentado, com autoridade, pelo barão de Inherim

Uma outra consideração pode ser apresentada. Refiro-me à última carta a Imperatriz Leopoldina — testamento espiritual de uma riqueza insuspeitada, mensagem ditada à Marquesa d’Aguiar, Camareira-Mor (D. Maria Francisca de Paula Portugal), às 4 horas da madrugada de 8 de dezembro de 1826, três dias antes de sua morte. (O original deve existir no Arquivo do Castelo D’Eu e a cópia se encontra no Arquivo Nacional. Na pasta catalogada para a Imperatriz Maria Leopoldina).

Naquela hora decisiva, ante-vespera de sua morte, a Imperatriz Leopoldina sofria a ausência de uma pessoa querida, da lembrança confortadora de uma afeição verdadeira. E’ o que diz o seu grito de desespero:

“... chegada ao ultimo ponto de minha vida, no meio dos maiores sofrimentos...”.

Sufrimentos que se podem traduzir antes e acima de tudo pela dureza da solidão, cujo sentido pesa profundamente na vida da gente.

Todos nós temos o nosso Gethsemani; para superá-lo precisamos contar com o amparo d’Aquêlê que santificou a dor, o abandôno, a ingratidão. Que na hora decisiva, maior do que a flagelação, do que a crucificação — hora de entrega, hora de plenitude do amor — transformou a solidão em Redenção.

D. Leopoldina profundamente cristã, era, também, profundamente humana. Galho arrancado de uma família numerosa e unida — nove anos depois a dor de uma separação renovada dia a dia, atingiu o climax. E ela revia os quadros de sua infância, de sua adolescência no castelo de Schönbrunn, na suave intimidade de um lar feliz, cercada da reverência de uma côrte requintada, a mais culta da época.

Contava 13 anos, uma menina, quando foi separada de sua irmã mais velha, a Arquiduquesa Maria Luisa, sacrificada à política napoleônica e coroada II Imperatriz dos franceses. E foi a essa irmã que ela, indiretamente, se dirigiu reclamando:

“... não vingança — mas piedade, e socôrro do fraternal afeto, para inocentes filhos que orfãos vão ficar...”.

Eis aí, um outro traço muito expressivo de nossa primeira Imperatriz.

Naquele momento, no seu “Jardim das Oliveiras”, ela poderia clamar vingança, e seu Pai — um dos Imperadores mais poderosos da Europa — certamente vingaria a filha ultrajada, ou se encarregaria da educação dos filhos, seus netos, caso lhe fôsem confiados. Nada disso aconteceu; apenas “fraternal afeto”, porque a educação cabe ao:

“... meu Pedro, ao meu adorado Pedro...”.

Este cuidado com os filhos, uma das finalidades precípua do matrimônio, prova e comprova que os infantes brasileiros eram ternamente atendidos pela mãe, que chegou a abdicar da Imperatriz .

Todos pequeninos, gorduchos e queridos; montavam, em 1826 o painel que se visualisa: Maria da Gloria (Maria II, Rainha de Portugal), 7 anos; Januária, 4 anos; Paula Mariana, 3 anos; Francisca Carolina, 2 anos, e o Príncipe Herdeiro, Pedro de Alcantara, de um ano apenas, que herdou não só os traços dos Habsburgos, mas foi o repositório das virtudes, da cultura excepcional da Mãe Imperatriz.

O amor imenso, o amor natural, que irrompe do coração das mães, sejam rainhas ou operárias, demonstrado está nesse primeiro apêlo totalmente desprovido de patético. Ela sabia, nós sabemos, que a morte não tem poder sobre o amor não tem poder sobre aquilo que é imutável.

E é também com o suor da agonia que ela confia junto ao coração maternal da irmã que lhe substituiu a mãe e a madrastra, falecidas:

“... Há quase quatro anos, minha adorada Mana, como vos tenho escrito, que por amor de um monstro sedutor me vejo reduzida ao estado de maior escravidão e totalmente esquecida do meu adorado Pedro”...

Como tôda gente sabe, referia-se à Marquesa de Santos, favorita oficial, que D. Pedro I elevou às culminâncias, impondo-lhe a presença e das filhas, junto aos próprios infantes brasileiros, filhos da Imperatriz Leopoldina, netos de Imperadores.

Não só o testemunho acima transcrito, mas também declarações outras que podem ser encontradas em sua correspondência (seja a carta a Shaeffer, datada de 8-X-1826, cujo original se encontra no Arquivo Nacional), — permitem contradizer Alberto Rangel (*D. Pedro I e a Marquesa de Santos* — pág. 160), quando fala da afeição de D. Leopoldina tanto pela Marquesa como pela filha, a Duquesa de Goiás.

Ao se referir ao espôso, D. Leopoldina diz:

“meu adorado Pedro”

e mais adiante, antes da última despedida, ainda repete:

“o meu Pedro, o meu querido Pedro não disponha o contrário...”.

Não se pode negar que à mulher custa, infinitamente, o marido infiel. E quando as provas dessa mesma infidelidade se evidenciam diante de toda a família e, como no caso presente, aos olhos da Corte e do mundo civilizado, só a virtude, o heroísmo são capazes de suportá-la, de superá-la.

A desilusão de D. Leopoldina deveria ter sido tremenda, duríssima, ela amava D. Pedro até as últimas consequências.

E' o próprio D. Pedro quem declara no soneto que lhe dedicou:

“.....

Ela me amava com o maior amor,  
Eu nela admirava a sua honestidade,

... (In Octavio Tarquinio de Sousa, pág. 694).

Com lealdade D. Pedro confessa que não havia entre eles a polaridade afetiva recíproca, condição essencial à sobrevivência do casamento em sua plenitude.

Teria D. Leopoldina cooperado para cativar um homem como D. Pedro?

De acôrdo com a documentação de que se dispõe, talvez se deva responder negativamente. Sejam as crônicas das atividades da Imperatriz, sejam os retratos pintados por artistas notáveis como Debret e outros, que revelam trajes esportivos, simples para não dizer displi- centes; a justificar a sabedoria popular quando adverte:

“Quem não se enfeita, por si se enjeita”.

A mulher que ama e deseja captar, conservar o amor de seu espôso, deve procurar fazer com que o dia das nupcias se renove dia a dia. Isto é: preparar-se, ataviar-se para receber o marido com aquela doçura e calor do afeto da mulher autêntica.

Lamentavelmente, D. Leopoldina, com todas as suas virtudes, com toda a sua cultura, falhou como mulher amorosa.

Mas, de chofre, surge outra problemática: a atitude de D. Pedro, caso D. Leopoldina se enfeitasse com garridice bem feminina, teria sido diferente? Possivelmente não, dado o temperamento do Imperador.

E' o que se pode concatenar com a análise, ligeira, de um outro trecho de carta:

“... últimamente acabou de dar-me a última prova de seu atual esquecimento, maltratando-me na presença daquela mesma que é a causa de todas as minhas desgraças...”.

Não foi apenas a Imperatriz Leopoldina a vítima dos “maus tratos” do Imperador. A própria Marquesa de Santos, também gravida,

foi agredida e “agredida para matar”, conforme depoimento de sua filha, a Condessa de Iguaçú (Carlos Maul — *A vida da Condessa de Iguassu* — Rio de Janeiro, 1942).

Todavia, um dos pontos altos da última e tão expressiva carta da Imperatriz é quando declara:

“... Faltaria ao meu dever se, além de ter declarado ao Mariscal e ao Cadolino que tenho dividas contratadas para sustentar os pobres que de mim reclamavam algum socôrro, e para as minhas despesas particulares...”.

A primeira estupefação é constatar a penúria, a miséria, as dificuldades também financeiras de nossa I Imperatriz e as conseqüentes humilhações decorrentes dessa mesma situação.

Aquêles pobres, aquêles pequeninos, aquêles escravos, pelos quais D. Leopoldina se individou e aos quais ela deu tudo que pôde, amava-na com a mais expressiva ternura e dedicação.

A prova encontrâmo-la na notícia da enfermidade da Soberana, cujos boletins médicos passaram a regular a pulsação da Cidade. Uma multidão, heterogênea, silenciosa, rondava o Paço de São Cristovão. Expremiavam aquela dor imensa pela oração, porque só Deus pode valer ante a iminência da morte. E quando esta se tornou uma realidade, prorrompeu um clamor doloroso que foi captado pelos cronistas da época:

“Quem tomará agora o partido dos negros? — Nossa mãe se foi!” (in Maria Graham, citada por Octavio Tarquínio de Sousa, *A Vida de D. Pedro I*, vol. II, pág. 170).

Dir-se-ia que essas súplicas foram uma preparação, uma longa preparação, que passou a ter resposta na *Lei Aurea*, assinada por uma neta da Imperatriz Leopoldina, pela Regente D. Isabel (A Redentora).

Uma última tentativa de reflexão: na hora derradeira em que tudo acaba e em que tudo começa, os lábios de D. Leopoldina ainda articulam uma prece, que é um brado de esperança:

“... Permita o Ente Supremo que eu possa escrever-vos ainda uma vez, pois será o fim de meu restabelecimento”.

Restabelecimento que não se verificou, mas a evocação histórica da morte de D. Leopoldina convida as espôsas, as mães, as mulheres tôdas a refletirem diante dessa verdade, terrível na sua responsabilidade, mas perfeitamente aceitável de Bernadieff:

“... Não será a mulher emancipada, a mulher igualada ao homem e, sim, o eterno feminino que tomará lugar preponderante na História de amanhã” (3).

Quais os argumentos em contrário?

---

(3). — Seja-nos permitido esclarecer que o pedido para a transcrição do artigo acima, provocou uma perplexidade: reescritção em metodologia mais atualizada e instrumentada em algumas outras posições, ou, apenas, a transcrição. Considerando que, em linhas gerais mantemos o que escrevemos há, precisamente, quinze anos, optamos pela reprodução, acrescentada de um balisamento, como subtítulo, além de notas e rodapé, que nos parecem oportunas. (M.R.C.R.).